

Blum. Brazil A solução é tocar um tango argentino. E por que não?

Há rumores de que a equipe econômica do governo trabalha com um conjunto de idéias para promover um novo choque, destinado a evitar a hiperinflação, mas sem os componentes tipicamente heterodoxos, como o congelamento de preços e salários. A lista incluiria medidas já anunciadas e promessas que brasileiras e brasileiros estão cansados de ouvir. Os **expedientes**, como as correções monetária e cambial diárias e a elevação das taxas de juros, já estão em vigor. Quanto às **idéias** como a forte contenção da emissão monetária, o fechamento ou a venda de estatais ineficientes ou inúteis, a demissão de 90 mil funcionários públicos, o aumento da fiscalização etc., não há como levá-las a sério.

A verdade é que, assinado o atestado de óbito do Plano Verão, o governo restabelece inteiramente a situação que prevaleceu ao longo de 1988. Além disso, traz de volta antigas promessas de austeridade, sempre rigorosamente descumpridas. Recebidas com desconfiança quando anunciadas (por ocasião da implementação dos Planos Cruzado, Bresser e Verão), essas promessas se converterão em escárnio se reapresentadas por um governo cuja credibilidade faz a trajetória inversa à da inflação.

Os **expedientes** aplicados são justamente a comprovação de que o governo se rendeu definitivamente à escalada da inflação. A indexação plena, considerada pela equipe econômica a providência mais eficiente que se pode adotar no momento para manter a inflação estabilizada num certo patamar, existia antes do Plano Verão, num período em que os índices inflacionários disparavam. Não há nenhuma razão para supor que, desta vez, ela, por si só, se tenha tornado eficiente. Necessária para balizar as relações entre os agentes econômicos num período de inflação alta, a indexação, sozinha, é incapaz de reverter as expectativas. Antes muito pelo contrário...

A saída do congelamento, como mostram as experiências dos planos Cruzados e Bresser, é como o rompimento de uma barragem. Depois de contidos de maneira artificial pelo engessamento da economia, os preços sobem rapidamente, e a velocidades crescentes. Estamos assistindo a esse processo, como provam os índices de preços divulgados nos últimos dias. É, por isso, inteiramente enganosa a expectativa, alimentada pela equipe econômica do governo, de que será possível conviver com uma inflação alta, mas estabilizada num determinado nível, aí por volta de 20% ao mês, apenas com as medidas adotadas.

São medidas, como observa o deputado federal César Maia (PDT-RJ), que respondem "apenas passivamente às pressões fiscais, monetárias e cambiais". Aumenta-se a arrecadação para se poder oferecer à equipe técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI) metas aceitáveis para o déficit público (que o governo, irrealisticamente, diz pretender manter em 3,79% este ano). Os juros explodem (a taxa do **overnight** voltou a dar um salto de quatro pontos de porcentagem ontem, superando os 36% ao mês), menos como resultado de uma política monetária mais agressiva do que como reflexo

das expectativas inflacionárias. Além disso, examinam-se medidas na área cambial diante da iminência de uma crise (recentemente o Brasil obteve um ganho de rentabilidade das reservas depositadas no Banco de Pagamentos Internacionais, o BIS, na Suíça, provavelmente como resultado da concentração dos depósitos na instituição, medida que adotou também antes da moratória de 1987).

Não estamos querendo dizer que sejam, em geral, medidas desnecessárias, mas sim que elas não consubstanciam um programa mais eficiente e revelam apenas a impotência do governo diante da crise. A essa incapacidade do governo contrapõem-se sugestões corajosas do deputado César Maia que só poderiam ser adotadas se o Congresso, em vez de pensar em TV, decidisse assumir suas responsabilidades. "Se medidas duras forem adiadas, para que um presidente eleito diretamente as aplique, chega a hiperinflação e vão embora as condições para mudar o rumo da economia, jogando no ralo a legitimidade do novo eleito", adverte, para propor o **impacto liberal** que nos permita escapar da hiperinflação. Fim dos subsídios e incentivos fiscais, eliminação das reservas de mercado e dos entraves cartoriais, redução das tarifas aduaneiras para elevar o nível de importações e reduzir seu custo, expor o empresário brasileiro à verdadeira concorrência e adoção de um programa de austeridade fiscal e monetária, sugere Maia.

Contraditoriamente, é do arraial do populismo brizolista que surgem propostas efetivas para se enfrentar a crise diante da qual o governo se entrega. Se, preconceituosamente, essa origem determinar a rejeição da proposta, pode-se recorrer a outra sugestão, que, mais uma vez, como vimos demonstrando nestes editoriais, vem da Argentina.

Embora formado nas fileiras do populismo peronista, o presidente eleito Carlos Saúl Menem encarregou um empresário, Miguel Roig — que, nos anos 70, dirigiu uma importante empresa em São Paulo —, de elaborar um plano econômico. Os traços já conhecidos desse plano revelam total adesão às fórmulas liberais. Prepara-se uma lei que favoreça os investimentos estrangeiros, será modificada a política tributária, as tarifas dos serviços públicos terão reajustes realistas, nenhuma empresa estatal estará livre de ser privatizada.

No diálogo final de **Pneumotórax**, que Manuel Bandeira escreveu quando descobriu ter uma doença à época incurável, pergunta-se ao médico: "Então, dr., não há mais nada a fazer?" A resposta: "Não. A solução é tocar um tango argentino". E por que não?